

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.228.416 - SP (2018/0001662-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : A A P
ADVOGADO : ADALBERTO APARECIDO NILSEN - SP089383
AGRAVADO : J C DA C
ADVOGADO : ALISSON DENIRAN PEREIRA OLIVEIRA - SP270245
INTERES. : P C DA C - ESPÓLIO
INTERES. : R C DA C

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por A A P em face da decisão acostada às fls. 464/466, e-STJ, que inadmitiu o recurso especial com base nos seguintes fundamentos: i) não há falar em ausência de fundamentação, pois "as questões trazidas à baila foram todas apreciadas pelo v. acórdão atacado, naquilo que à Turma Julgadora pareceu pertinente à apreciação do recurso, com análise e avaliação dos elementos de convicção carreados para os autos"; ii) o dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o devido cotejo analítico entre os casos confrontados.

Na petição de agravo em recurso especial (fls. 469/481 e-STJ) a parte alegou, em síntese: a) a Corte local, ao se omitir sobre as teses suscitadas nos embargos de declaração e na apelação violou os arts. 489 e 1.022 do CPC/15; b) não houve inovação recursão e sim, pedido de valoração da prova, o que é permitido inclusive nas instancias superiores; c) "a valoração jurídica da prova se coaduna com o dever do juiz ou tribunal fundamentar as suas decisões, não bastando escolher ao seu livre arbítrio uma delas e não aceitar outras sem a devida fundamentação"; d) ao deixar de analisar e valorar o acervo probatório dos autos, o Tribunal a quo também ofendeu o art. 1.013 do CPC/15; e) o acórdão recorrido adotou entendimento divergente do julgado paradigma apresentado no apelo nobre, o que autoriza a interposição do recurso pela alínea "c"; f) "todos os dispositivos de lei federal e decisão paradigma acima transcritos, resta cabalmente demonstrada a violação de dispositivos de lei federal e a divergência jurisprudencial acerca da interpretação dos dispositivos legais violados".

Contraminuta às fls. 484/489, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

O agravo em recurso especial não ultrapassa o conhecimento.

1. A agravante não impugnou, especificadamente, o fundamento utilizado para obstar o recurso interposto pela alínea "c", qual seja, a ausência de cotejo analítico. Com efeito, para infirmar a aplicação do referido fundamento, deveria a parte demonstrar que realizou o devido confronto analítico entre os arestos paradigma e paragonado, não bastando a mera afirmação de que a divergência jurisprudencial foi comprovada.

O agravo em recurso especial que deixa de afastar os fundamentos que levaram à inadmissão do recurso não deve ser conhecido, nos termos do artigo 932, III, do Novo Código de Processo Civil, que assim dispõe *in verbis*:

Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

É dever da parte agravante (à luz do princípio da dialeticidade) demonstrar o desacerto do magistrado ao fundamentar a decisão impugnada, atacando especificamente e em sua totalidade o seu conteúdo, nos termos do art. 932, III, do CPC/15, o que não ocorreu na espécie, uma vez que as razões apresentadas contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial não impugnam todos os fundamentos do decisum.

A propósito, entendimento recente da Corte Especial, firmado no EAREsp 746.775/PR, no qual se ressaltou que o julgado que inadmite o apelo nobre é incindível, devendo ser impugnado em sua totalidade.

Por oportuno, transcreve-se a ementa do aludido leading case:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.5. Embargos de divergência não providos.(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)

2. Do exposto, com amparo no artigo 932, III, do CPC/15, não conheço do agravo em recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do CPC/15, majoro os honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor fixado na origem, em favor do patrono do ora agravado, observado o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/15.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator